



O CRÉDITO RURAL E O DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL-PR

RURAL CREDIT AND THE DEVELOPMENT OF RURAL PRODUCERS IN THE CITY OF DIAMANTE DO SUL-PR

Taiane Aparecida Ribeiro NEPOMOCENO¹³
<https://orcid.org/0000-0003-3291-4221>

Jean Carlos FERREIRA²
<https://orcid.org/0000-0001-8174-8907>

Resumo: O crédito rural é um elemento importante para o financiamento do sistema agrícola no território brasileiro. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar o nível de utilização dos recursos de crédito rural para o desenvolvimento dos produtores rurais no município de Diamante do Sul-PR. Este estudo adotou o caráter documental e descritivo, caracterizando-se como quantitativo de cunho exploratório. A coleta de dados foi realizada em fontes secundárias, de órgãos tais, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco Central do Brasil, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, e em relatórios oficiais da prefeitura municipal. Constatou-se que o nível de utilização do crédito rural para o desenvolvimento de produtores rurais do município em análise apresentou um crescimento total de 90,45%, no decorrer dos últimos 7 anos. Nos anos de 2017, 2018 e 2019, a demanda de crédito rural para a pecuária teve um decréscimo de 20%, enquanto a demanda para a atividade agrícola apresentou crescimento. Também se identificou um incremento no montante de crédito rural para fins de custeio. Para a finalidade de investimento, houve redução dos recursos no triênio analisado. Assim, o crédito rural no município, vem auxiliando no desenvolvimento das atividades econômicas e produtivas rurais, contribuindo, com o fortalecimento da agricultura familiar.

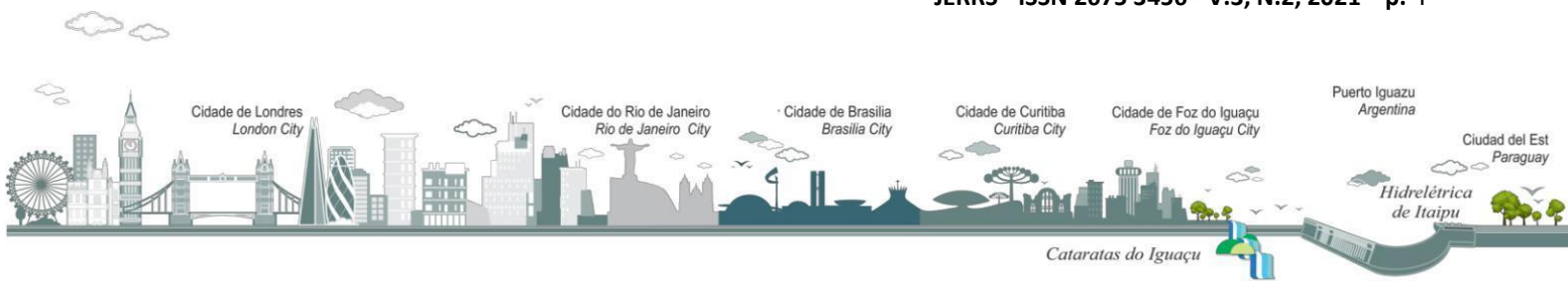
Palavras-chave: Desenvolvimento local. Investimento. Oeste do Paraná. Pequeno produtor.

Abstract: Rural credit is an important element for the financing of the agricultural system in the Brazilian territory. In this sense, the objective of this study was to analyze the level of use of rural credit resources for the development of rural producers in the municipality of Diamante do Sul-PR. This study adopted the documentary and descriptive character, being characterized as quantitative of an exploratory nature. Data collection was carried out from secondary sources, such as: Brazilian Institute of Geography and Statistics, Central Bank of Brazil, Parana Institute of Economic and Social Development, and official reports from the city hall. It was found that the level of use of rural credit for the development of rural producers in the municipality under analysis showed a total growth of 90.45%, over the past 7 years. In the years 2017, 2018 and 2019, the demand for rural credit for livestock decreased by 20%, while the demand for agricultural activity grew. An increase in the amount of rural credit for costing purposes was also identified. For investment consumption, there was a reduction in resources in the three-year period

¹ Doutoranda no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. taiane_nep@hotmail.com

² Especialista MBA em Gestão financeira, contábil e controladoria. Gerente de negócios na Cooperativa Sicredi. Diamante do Sul, Paraná, Brasil. jeanferreira_carlos@hotmail.com

³ Membro da Rede Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Resiliente ao Clima – RIPEDRC.





analyzed. Thus, rural credit in the municipality has been helping to develop activities, products and rural production, contributing to the strengthening of family farming.

Key Words: Local development. Investment. West of Paraná. Small producer.

INTRODUÇÃO

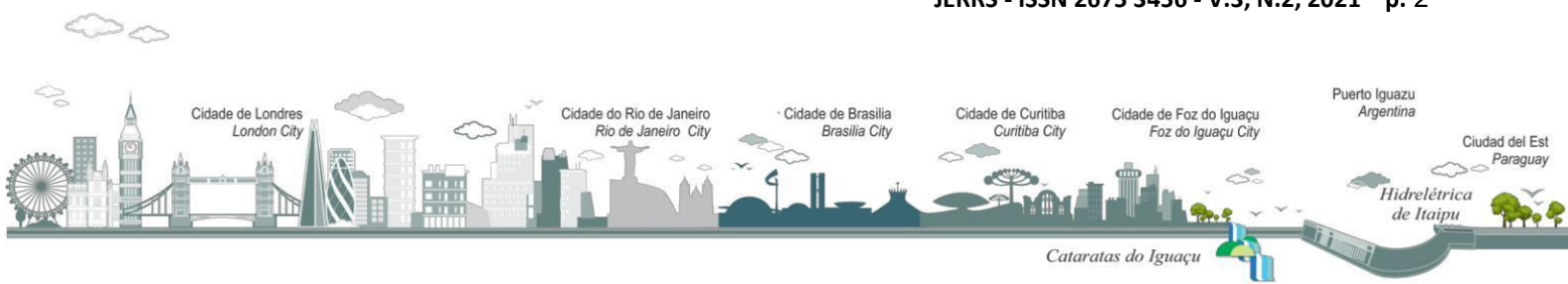
As atividades rurais vêm sendo desde os primórdios da humanidade, responsáveis pela subsistência da espécie humana. Ao longo dos anos, a agricultura veio se desenvolvendo e hoje, com o avanço tecnológico, almeja-se constantemente a melhoria da qualidade e quantidade de produção de diversas culturas, para fins alimentícios, geração de matéria-prima para a produção de combustíveis, medicamentos, vestuário e outros produtos, que movimentam a economia.

Analisando o cenário brasileiro, é perceptível a importância do setor agrícola na formação do PIB (Produto Interno Bruto). Favorecido por vários fatores, assim como o clima, o Brasil, destaca-se nos mais variados ramos agrícolas. Aproximadamente 30% da receita do PIB advém de produtos e serviços desse sistema (NUNES; CONTINI, 2001).

Atividades envolvendo produtores rurais vêm avançando no Brasil. No entanto, para que eles se mantenham competitivos na cadeia produtiva, precisam atuar com eficiência e qualidade, em consonância com o avanço tecnológico e científico. Dessa forma, os produtores rurais podem, entre outros fatores, colaborar com o desenvolvimento local e global, geração de empregos, incremento de capital e renda.

Para suprir as demandas do setor os produtores necessitam de apoio financeiro, que lhes proporcionem condições de melhorias para o sistema produtivo. Nesse contexto, o crédito rural pode ser empregue tanto na adequação do solo, como em tecnologias e equipamentos, atendendo assim às necessidades específicas de cada produtor.

Para estimular o desenvolvimento desses produtores o Governo Federal disponibiliza às instituições financeiras, bancos e cooperativas de crédito, através do





BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), linhas para financiamento das diversas atividades do campo, tais como: custeio, investimentos, comercialização e industrialização.

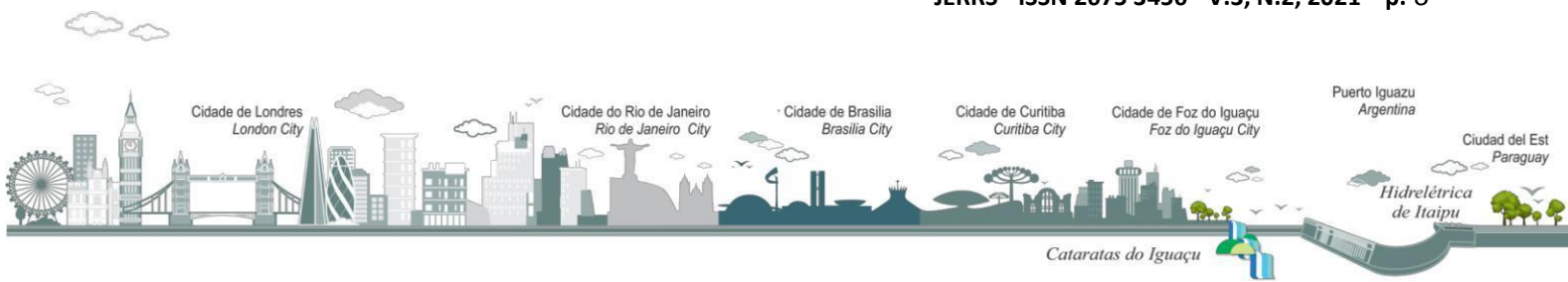
O crédito rural é uma linha de financiamento de incentivo para a modernização e promoção das pequenas propriedades rurais, junto a menores taxas de juros. Assim, ele é de grande relevância para o desenvolvimento municipal, pois oferta ao pequeno produtor a possibilidade de aprimorar seus processos, adotar tecnologias no campo, elevar os volumes produzidos e obter maior lucro e reconhecimento (LEITE, 2015).

Torna-se evidente que o crédito rural é essencial para o progresso da produção agrícola brasileira. De acordo com o Art. 2º da Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural, “Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor” (BRASIL, 1965).

Essa linha de financiamento possui objetivos bem delineados. Conforme descrito no Art. 3º da Lei nº 4.829/65, são objetivos do crédito rural:

- I - Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

Assim, o principal objetivo deste estudo foi analisar o nível de utilização dos recursos de crédito rural para o desenvolvimento dos produtores rurais no município de Diamante do Sul, localizado no Oeste do Paraná.





PANORAMA GERAL DO SETOR AGRÍCOLA NO BRASIL

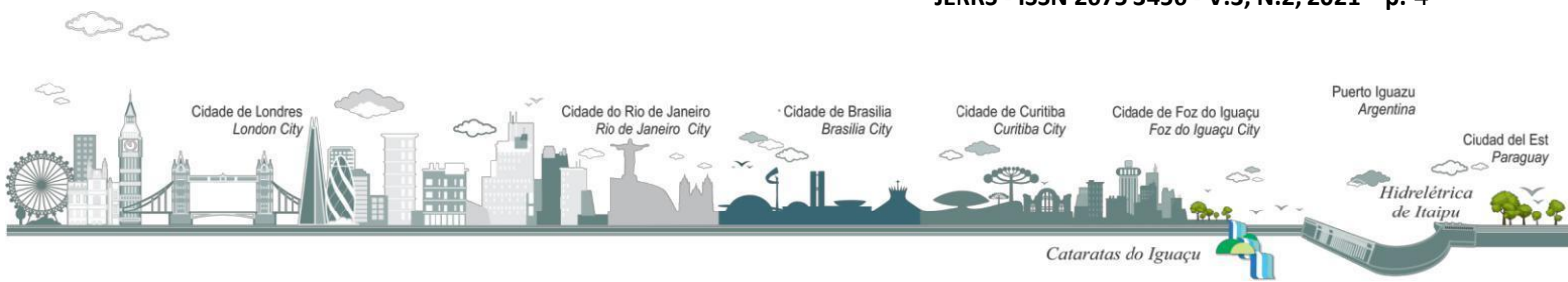
Até a década de 50, o crescimento das práticas agrícolas no país se deu por conta do aumento das áreas cultivadas. Somente a partir dos anos 60, com a revolução verde, que incorporou a utilização de maquinários, agroquímicos e um pacote tecnológico relevante é que essas práticas passaram por mudanças técnicas, as quais maximizaram os rendimentos dos cultivos (MATOS, 2010).

Desde então, o setor agrícola sofreu constantes transformações, notadamente a partir do processo de modernização, tornando-se hoje um dos setores que tem participação significativa no mercado e na economia. De acordo com Roncon (2011), o Brasil é um dos principais exportadores de cereais, grãos e frutas do mundo. No entanto, é importante destacar que o sucesso do país como produtor agrícola se deve a diversos fatores, que viabilizam a agricultura e fomentam seu potencial de crescimento, assim como: características edafoclimáticas, áreas cultiváveis em grandes extensões, solos produtivos, tecnologias eficientes e outros.

O setor agrícola precisa ser compreendido como diversificado quanto às técnicas empregadas e sistemas de produção. Segundo Vilhena e Antunes (2010, p. 2), as atividades agrícolas englobam:

[...] pecuária, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, realizada pelo próprio agricultor ou criador, que são aqueles que exploram a capacidade produtiva do solo, através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas, ou seja, o produtor rural, que é a pessoa física, também chamada de pessoa natural.

Nesse âmbito, o Brasil vem mostrando seu desenvolvimento agrícola em diversos setores de produção rural, a citar: produção leiteira e de grãos, pecuária de corte, suíno e avicultura, entre outros. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de





Geografia e Estatística) a produção agrícola total do Brasil no ano de 2019 apresentou crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior.

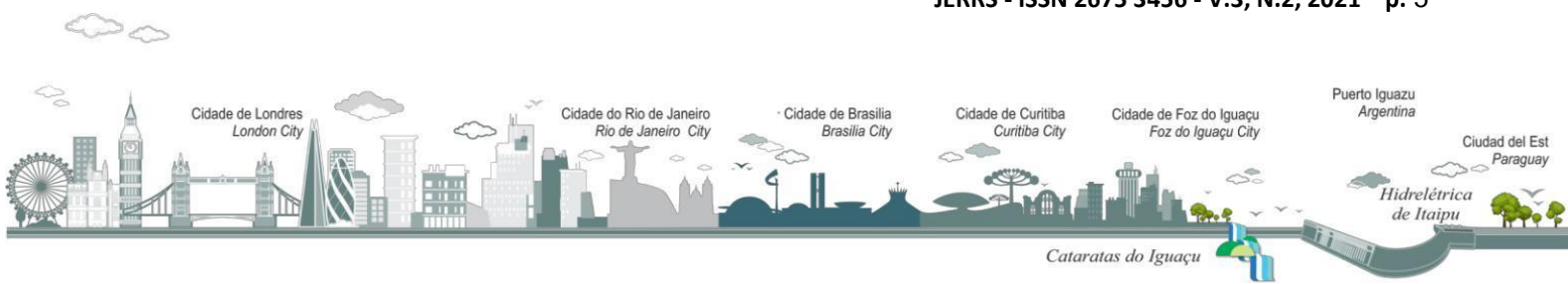
Tais afirmações permitem inferir que o Brasil vem avançando rumo ao patamar de líder mundial do setor agrícola. Isso se confirma pelas mudanças estruturantes na base agrícola e cadeias produtivas, com a intensificação do uso de insumos, da mecanização agrícola e, conseqüente aumento da produtividade, com o apoio do Estado, que vem desenvolvendo legislações de estímulo e apoio à expansão do meio rural (EMBRAPA, 2018), garantindo-lhe mercados através da política de crédito.

O SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR)

O setor agrícola possui como peculiaridade a aleatoriedade da renda de suas atividades e a instabilidade no fluxo de caixa dos trabalhadores rurais. E isso porque, geralmente, existe a dependência de fatores ambientais e sanitários, influência sazonal nas safras e no ciclo comercial de produtos e insumos necessários às atividades agrícolas. A ação do poder público faz-se imprescindível nesse setor, portanto, no Brasil adotou-se, ao longo dos anos, um complexo de crédito, políticas e seguros para fundamentar o desenvolvimento agrícola (ARAÚJO; LI, 2018).

O crédito rural tem sido um instrumento da política agrícola para a promoção da produtividade, redução dos preços dos alimentos, garantia da segurança alimentar e crescimento da rentabilidade no Brasil (BRASIL, 2013). Esta política de crédito é oferecida aos produtores agrícolas como uma forma de incentivo ao desenvolvimento, sendo muito atrativa e eficiente, porque oferta taxas de juros baixas e prazos de pagamento longos, com parcelas anuais e linhas de carência.

O SNCR foi estabelecido em 1965, por meio da Lei nº 4.829, como parte de um processo de modernização do setor agrícola, com o objetivo de facilitar crédito rural, para auxiliar os produtores rurais a custear a produção, maquinários e até mesmo a comercialização de produtos (SANTANA; NASCIMENTO, 2012).





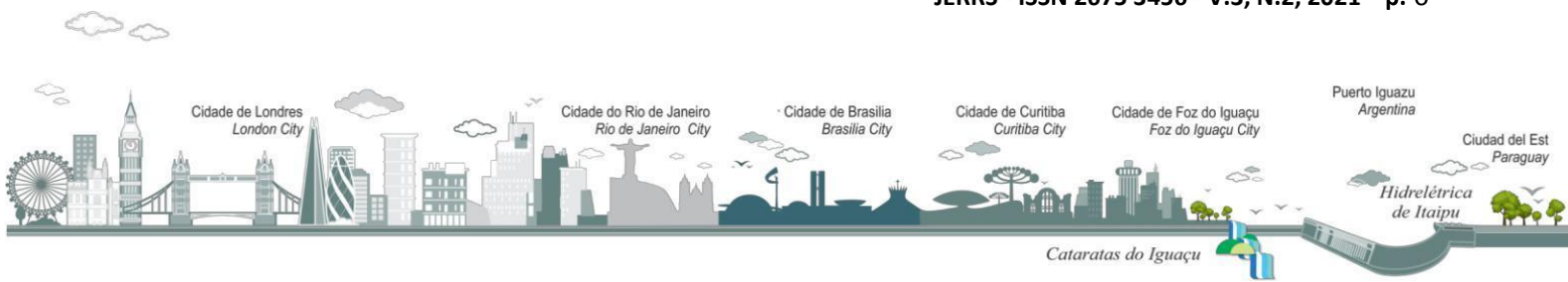
Este sistema tem como escopo: a) financiar parte dos custos operacionais de produção e comercialização; b) impulsionar a formação de capital e renda; c) colaborar com a adoção e disseminação da tecnologia; e d) consolidar a posição econômica de pequenos e médios produtores rurais. Isto é, o crédito rural foi instituído para subsidiar o desenvolvimento dos pequenos produtores e agricultores familiares, compensando-os das complexas distorções macroeconômicas, tencionando a proteção da renda no campo e uma melhor gestão da inflação (ARAÚJO, 2011).

É evidente que o desenvolvimento rural tem ampla relação com os recursos de créditos disponibilizados, ou seja, quanto maior for o estímulo e disponibilidade de recursos, maior será o crescimento e demanda (CREPALDI, 2012). O crédito rural fomenta as práticas rurais e a capacidade produtiva. Ele consiste basicamente em estimular investimentos, sustentar e expandir a capitalização dos setores agrícolas³.

Em relação às modalidades do crédito rural, ele pode ser classificado em três formas de distribuição, sendo: custeio, investimento e comercialização. O primeiro é utilizado para cobrir despesas regulares dos ciclos produtivos, como um capital de giro para atividades agrícolas. A linha disponibilizada para investimentos pode ser utilizada em melhorias de estrutura nas propriedades rurais e maquinários, é aquela aplicada à bens capitais, equipamentos, recursos e serviços de longa durabilidade. Já os recursos destinados à comercialização estão disponibilizados para despesas da pós-produção e tem relação com a política de preços mínimos (BRASIL, 2015).

Por meio do Decreto nº 8.769, de 11 de maio de 2016, acrescentou-se à legislação o item “IV” sobre as situações de aplicação do crédito rural, para: “IV - industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural (BRASIL, 2016)”. O item foi adicionado como uma forma de estímulo para os pequenos produtores rurais, cooperativas e agroindústrias,

³ As finalidades gerais para o crédito rural podem ser consultadas na Lei nº 8.171 de janeiro de 1991.





que precisam de recursos financeiros para alavancar a industrialização de seus produtos e assim agregar valor a eles (TORMA, 2019).

De acordo com a Lei nº 8.171/1991 outras pessoas que desenvolvem atividades relacionadas ao setor rural podem ser beneficiárias do crédito, muito embora não sejam classificadas como produtores rurais. Podem utilizar o crédito rural aqueles cuja atividade se aplica ao setor de: I - produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas; II - produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; III - atividades de pesca artesanal e aquicultura para fins comerciais; IV - atividades florestais e pesqueiras (BRASIL, 1991). Entretanto, o crédito rural é formado por um sistema regrado e organizado, o qual controla a aplicação do recurso.

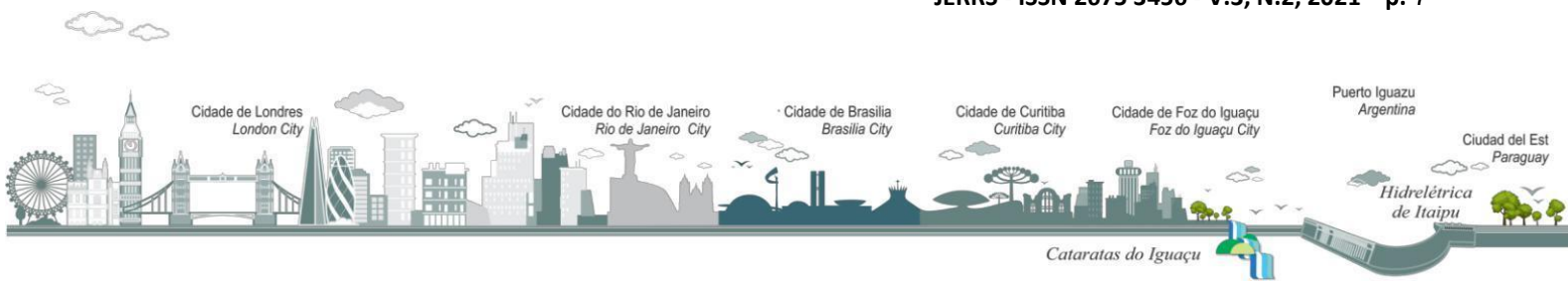
PERSPECTIVAS ATUAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é representada por pequenos produtores, com perfil de produção estável e polivalente. Esta modalidade é definida como aquela que possui no sistema produtivo, indivíduos que mantêm laços familiares entre si, englobando a gestão, a propriedade e o trabalho (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera como agricultor familiar àquele que desenvolve suas atividades no meio rural e,

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Até o início da década de 90 pode-se dizer que não existiam políticas públicas voltadas às especificidades do segmento da agricultura familiar. As famílias que desenvolviam atividades vinculadas a essa esfera seguia as mesmas regras de financiamento que os grandes produtores. Iniciou-se, então, uma intensa rede de incentivos à agricultura familiar, em virtude do fenômeno de aumento do êxodo rural





neste período. Devido às reivindicações da classe dos trabalhadores rurais e de movimentos sociais, criou-se no ano de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para atender às exigências de formulação e implantação de políticas específicas ao desenvolvimento rural (MATTEI, 2014).

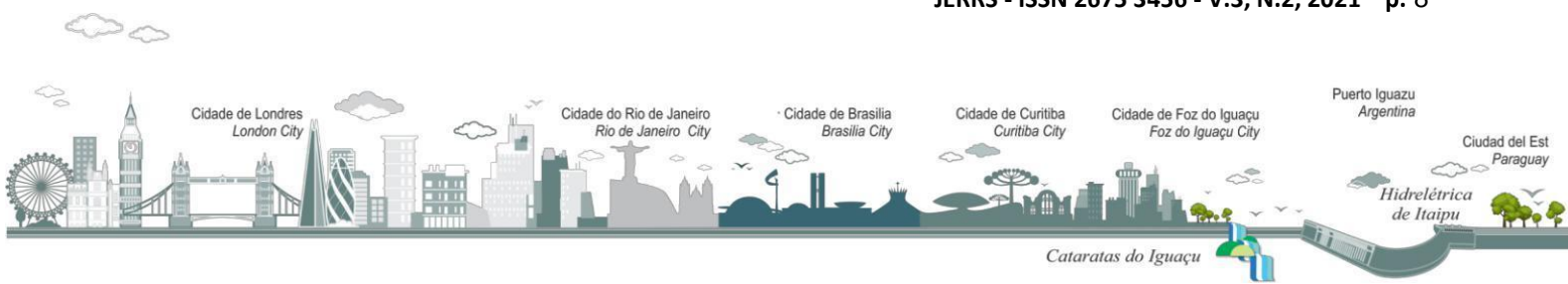
Desde então, a agricultura familiar ganhou impulso, sendo amplamente aceita a ideia de que ela é responsável por parcela significativa das dinâmicas agrícolas e de importância na articulação rural e urbana, principalmente em municípios pequenos.

A agricultura familiar é uma atividade de suma importância para a promoção do desenvolvimento social e humano de um país. A fixação do homem no campo, a geração de renda, a produção de alimentos para o mercado interno são alguns dos diversos impactos positivos produzidos pelo desenvolvimento da agricultura familiar a níveis locais, regionais e nacionais. O desenvolvimento dessa atividade humana atenua, ao mesmo tempo, os problemas sociais no campo e na cidade (MORAES; FERNANDES, 2014, p. 50).

Este fenômeno simboliza a luta e a história dos agricultores familiares do passado. Além do fator de redução do êxodo rural e fonte de renda para as famílias, ela colabora ainda com a geração de riqueza.

Nesse sentido, o agronegócio exerce um movimento capaz de acompanhar o dinamismo do mercado, pois, engloba processos diversificados. No Brasil, ele também é chave para o fortalecimento da agricultura desenvolvida no âmbito familiar e no desenvolvimento do ramo agrícola. O agronegócio não se opõe, mas complementa a agricultura familiar e consiste não apenas em uma cadeia de produção de característica rural, produtora de alimentos e insumos para a indústria, mas também um complexo de setores que processam e distribuem a produção agrícola diversificada (BESSA, 2017), com produtos diferenciados e de alto valor agregado.

O agronegócio familiar, ainda, tem papel estratégico na garantia da segurança alimentar e consolidação do desenvolvimento rural sustentável. Outrossim, cabe focalizar no entendimento da agricultura familiar como setor de massificação cultural, empoderamento econômico e promoção da sustentabilidade.





METODOLOGIA

Esta pesquisa adota o caráter documental e descritivo, caracterizando-se como quantitativo de cunho exploratório. A metodologia adotada foi selecionada por possibilitar uma melhor exploração dos dados coletados. A técnica de pesquisa documental, baseou-se na procura de dados acerca do crédito rural no município de Diamante do Sul, localizado na região Oeste do Estado do Paraná e dos elementos referentes ao desenvolvimento local, que estruturam e norteiam a prática agrícola.

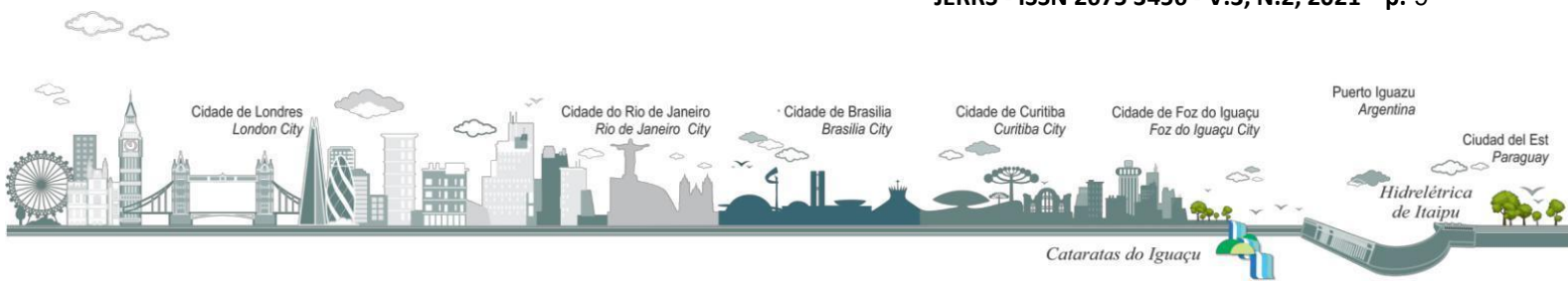
A pesquisa descritiva pode ser definida como aquela que descreve as características elementares de um fenômeno (GIL, 2008). A pesquisa documental, também empregue na presente pesquisa, pode ser definida segundo Fonseca (2002) como aquela que se utiliza de materiais diversos que ainda não receberam um tratamento analítico. Ela é parecida com a pesquisa bibliográfica, no entanto, a documental, utiliza fontes mais diversificadas, como: bases de dados, documentos oficiais, relatórios institucionais, tabelas estatísticas, revistas, dentre outros.

O cunho exploratório tem como característica fundamental a compreensão mais precisa de uma realidade, isto é, a exploração do fenômeno pretende gerar uma maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais claro (GIL, 2008).

Os dados de utilização das linhas de crédito, foram coletados em relatórios da base de dados do IBGE, utilizando como apoio o censo agropecuário, realizado no ano de 2017. Também foram coletados dados em relatórios oficiais da Prefeitura Municipal de Diamante do Sul-PR, do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O município de Diamante do Sul está localizado na região Oeste do Estado do Paraná, a 411,3 km de distância da capital do Estado e faz divisa territorial com os





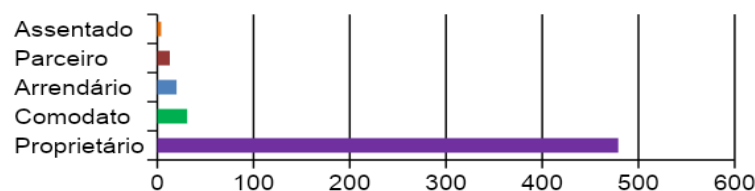
municípios de Guaraniaçu, Altamira do Paraná, Laranjal e Nova Laranjeiras. Em 2019, sua população estimada era de 3.439 habitantes em uma área territorial de aproximadamente 347,168 km². Desse total, 40,03% faziam parte da zona urbana e 59,97% da zona rural. O logaritmo do PIB *per capita* (R\$) de Diamante do Sul, no ano de 2017 foi de 15.174 (IPARDES, 2020). E, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,608, em 2010 (PNUD, 2010).

Sua economia se fundamenta em atividades de criação de bicho-da-seda, plantações de soja, milho e feijão, além de lavouras de subsistência. Também possui fazendas de gado de corte, granjas de suínos e aves, atividades de hortifrúti e pecuária leiteira (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, 2011).

De acordo com dados do censo agropecuário, realizado em 2017, o município de Diamante do Sul possuía 544 estabelecimentos agropecuários. Esse número representa, portanto, uma redução de 7,16% em relação ao censo do ano de 2006 (IBGE, 2017). Tal fato pode estar relacionado às características produtivas, instabilidade econômica do setor rural e aspectos ambientais locais, que constantemente definem o sistema produtivo agrícola.

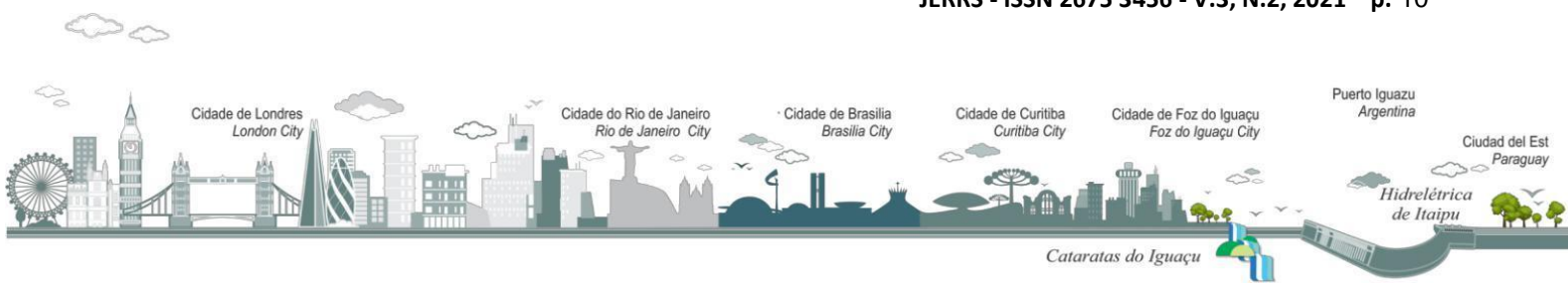
Em termos de condição do produtor, quanto ao seu vínculo com os estabelecimentos agropecuários é possível notar que 87% dos estabelecimentos são geridos pelos proprietários, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos produtores rurais de Diamante do Sul-PR, segundo vínculo com o estabelecimento



Fonte: Elaborado com base em IBGE, 2017.

Essa população, em sua maioria é composta por grandes fazendeiros que trabalham com criação de animais de interesse comercial, grandes lavouras e por

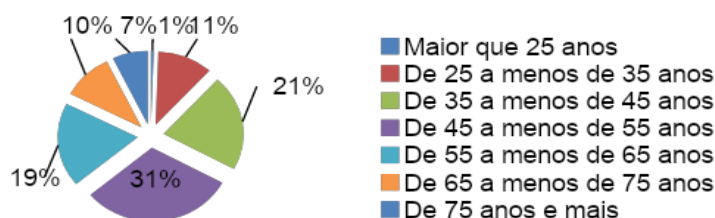




famílias que vivem em chácaras e sítios, as quais trabalham com pequenos cultivos, bicho-da-seda, produção de verduras e outras atividades correspondentes à agricultura familiar. Em contrapartida, nota-se que o restante dos produtores representa uma parcela mínima, em relação de comodato, arrendamento, parceria e em regime de assentamento, totalizando apenas 13% da amostra total.

A classe de idade dos produtores rurais do município em estudo pode ser verificada no Gráfico 2:

Gráfico 2 - Classe de idade dos produtores rurais de Diamante do Sul-PR



Fonte: Elaborado com base em IBGE, 2017.

O Gráfico 2 demonstra uma predominância de faixa etária, de 45 a menos de 55 anos de idade, com 31% do total. Em contrapartida, produtores com 75 anos e mais, são os que apresentam o menor índice, apenas 1%. Tais números podem estar relacionados com o êxodo rural de jovens, que deixam suas famílias para procurar emprego em outras cidades ou para estudar e se especializar.

Além disso, identificou-se que 83,08% dos produtores dos 544 estabelecimentos são do sexo masculino. Apenas 16,72% pertencem ao sexo feminino e 0,2% foram caracterizados como sendo não aplicável. Assim, apesar de as mulheres terem ganhado, nos últimos anos, reconhecimento dentro da área agrícola, fica evidente que a participação feminina na gestão das propriedades rurais é baixa.

Também se constatou que grande parte deles, em algum momento de sua vida, fez parte do processo de escolarização, conforme se verifica no Gráfico 3:

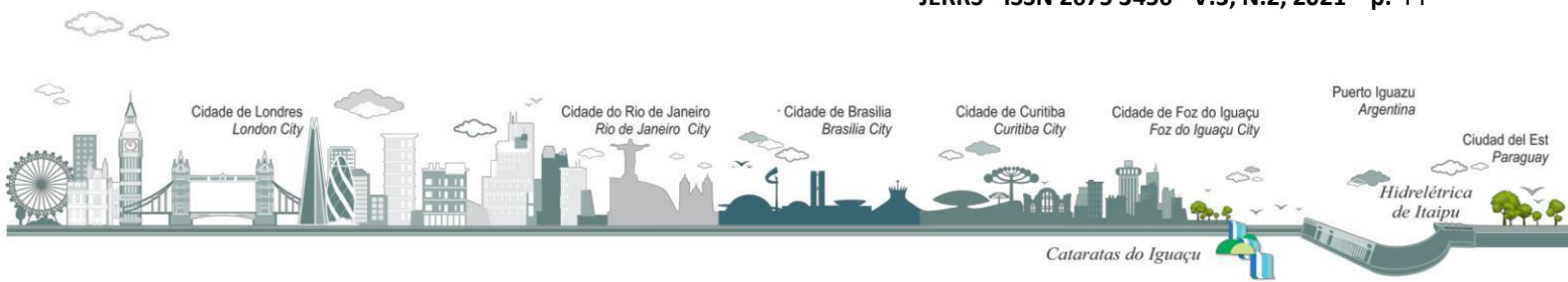
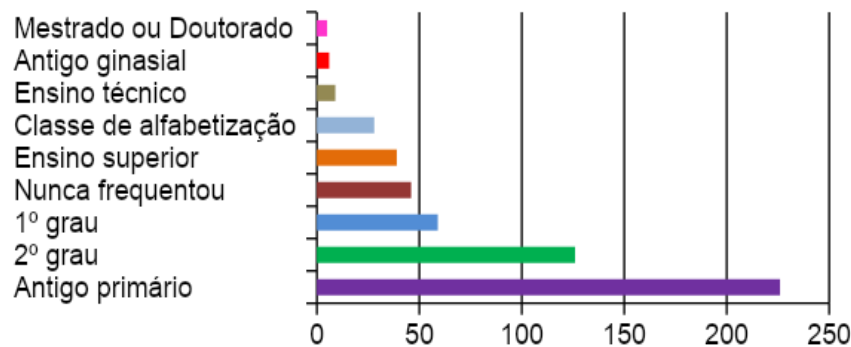




Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos produtores rurais de Diamante do Sul-PR



Fonte: Elaborado com base em IBGE, 2017.

Os dados apontam que 91,5% do total frequentou ao longo de sua vida o processo de escolarização, isso acabou resultando em diferentes níveis de formação acadêmica, variando desde o ensino fundamental, médio, técnico, superior até a pós-graduação. Porém, aproximadamente 8,4% dos produtores nunca frequentaram qualquer processo educacional formal.

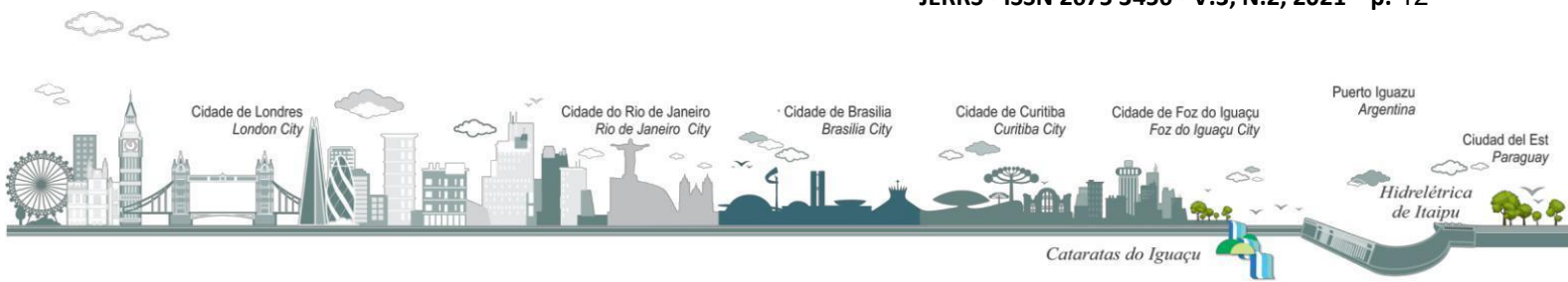
Apesar de a população rural ser heterogênea, em questões de faixa etária e escolaridade, as atividades agrícolas desenvolvidas não possuem diversificação, estando reduzidas a práticas habituais, conforme se verifica na Tabela 1:

Tabela 1 - Área e estabelecimentos conforme as atividades agrícolas desenvolvidas no município de Diamante do Sul-PR

Atividade desenvolvida	Número de estabelecimentos	Área em hectares
Pecuária e criação de animais	334	23.498
Lavoura temporária	173	3.394
Produção de florestas nativas	14	289
Lavoura permanente	11	144
Produção de florestas plantadas	10	-
Horticultura e floricultura	1	-
Aquicultura	1	-

Fonte: Elaborado com base em IBGE, 2017.

Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários (61%) se destinam a criação e venda de animais para abate. Contudo, a pouca diversificação da produção

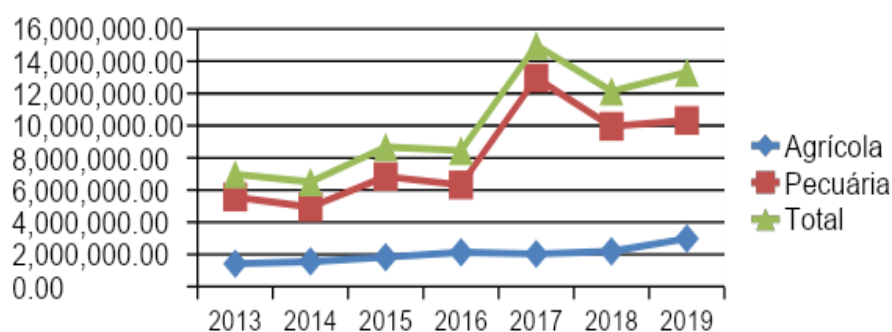




agrícola, acaba limitando a melhoria das condições de manutenção das atividades familiares do campo, isso porque ela representa uma estratégia de mercado eficiente.

No Gráfico 4 apresenta-se a evolução da aplicação do crédito rural no município de Diamante do Sul, os quais são disponibilizados ao setor rural por instituições financeiras com sede na região, de acordo com a área de abrangência e atuação.

Gráfico 4 - Evolução dos recursos aplicados em crédito rural no município de Diamante do Sul-PR (2013-2019)



Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

Identifica-se, portanto, que a utilização do crédito rural em atividades agrícolas apresentou crescimento de 110% e em atividades de pecuária, uma evolução de aproximadamente 85%, ao longo dos últimos 7 anos. Observando os números, ainda se percebeu um crescimento de 90,45%, do ano de 2013 para 2019.

Os dados do Banco Central do Brasil ainda possibilitam a diferenciação dos números, por destinação e atividade em que o crédito foi utilizado. Tal detalhamento pode ser observado para os anos de 2017, 2018 e 2019, durante o período de janeiro a dezembro, conforme a Tabela 2:

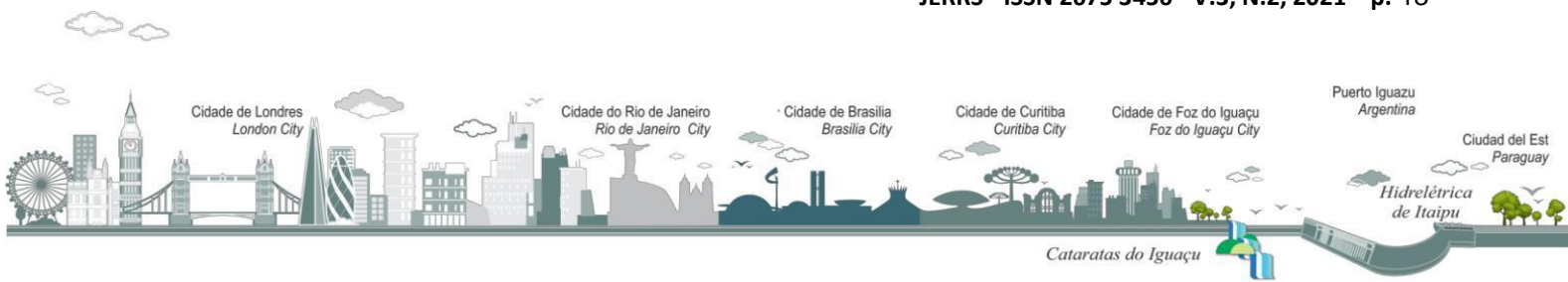




Tabela 2 - Montante relativo ao valor dos contratos conforme a destinação e a atividade empregada em Diamante do Sul-PR (2017-2019)

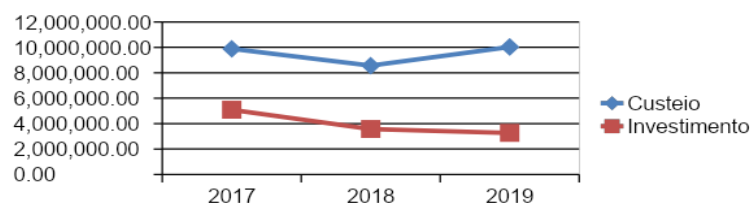
Ano	Atividade	Custeio	Investimento	Total
2017	Agrícola	1.700.808,08	328.507,46	2.029.315,54
	Pecuária	8.187.756,21	4.767.989,14	12.955.745,35
2018	Agrícola	1.840.493,67	346.541,02	2.187.034,69
	Pecuária	6.720.654,22	3.232.366,00	9.953.020,22
2019	Agrícola	2.372.130,86	616.295,53	2.988.426,39
	Pecuária	7.658.719,35	2.658.563,40	10.317.282,75

Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

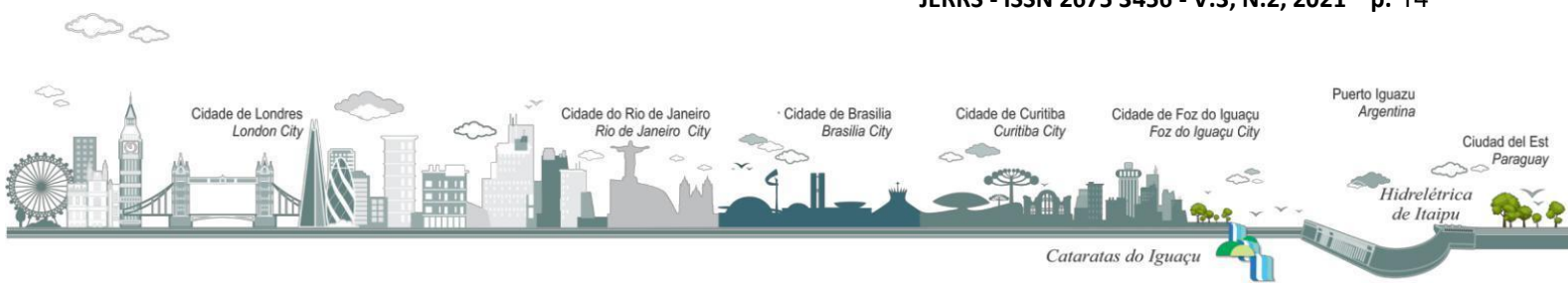
Para a atividade agrícola houve uma evolução contínua no montante dos recursos oferecidos por intermédio das operações entre as instituições financeiras ao longo do triênio. Já para a atividade pecuária, o que se percebe é uma instabilidade e redução percentual em torno de 20% nesses anos. Outro achado importante é a não aplicação do crédito rural em atividades de comercialização e industrialização. O motivo certamente está vinculado às atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, as quais não se destinam à produção e industrialização da produção agrícola, mas sim a práticas agrícolas tradicionais e de pouca diversificação.

Verificou-se que houve evolução na linha de custeio e decréscimo para a finalidade de investimento. No ano de 2017, o valor total aplicado para custeio era de R\$ 9.888.564,29 e passou para R\$ 10.030.850,21 em 2019. Para fins de investimento, o indicador apresentou redução, em 2017 o total era de R\$ 5.096.496,60, passou para R\$ 3.578.907,02 em 2018 e atingiu em 2019 o valor de R\$ 3.274.858,93 representando uma queda de aproximadamente 35%, de acordo com o Gráfico 5:

Gráfico 5 - Evolução dos recursos de custeio e investimento aplicados no município de Diamante do Sul-PR (2017-2019)



Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.





Levando em consideração o valor total do triênio identificou-se menor concentração de crédito rural de custeio para atividades de pecuária. Na Tabela 3, se verificam os produtos financiados pelos produtores rurais e o volume financeiro dos contratos:

Tabela 3 - Valores referentes aos recursos de crédito rural para custeio em atividade pecuária por produto no município Diamante do Sul-PR (2017-2019)

Ano	Bovinos	Oculto	Total
2017	8.090.956,21	96.800,00	8.187.756,21
2018	6.714.154,22	6.500,00	6.720.654,22
2019	7.647.061,35	11.658,00	7.658.719,35

Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

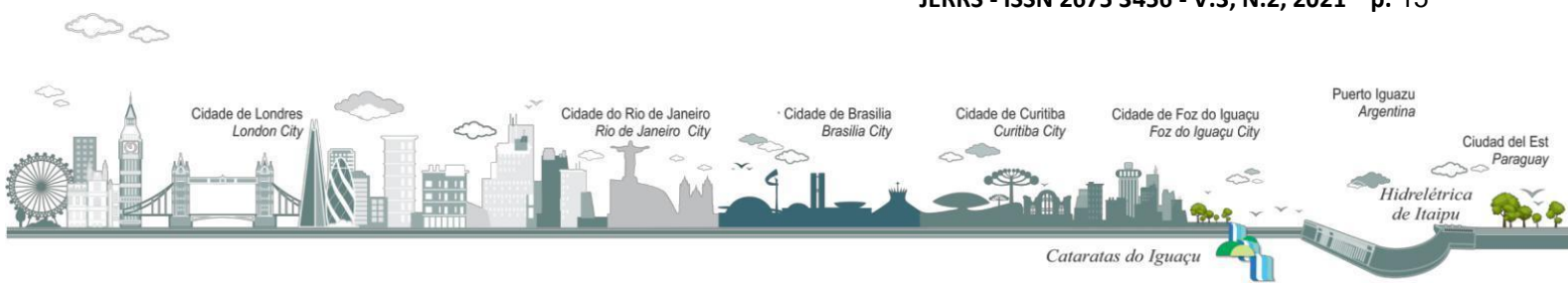
Para custeio da pecuária, verificou-se que o crédito rural foi aplicado em altos índices para a compra de bovinos e manutenção dos animais. Já em relação à linha de investimento para a pecuária, foi possível constatar que o crédito rural também é aplicado principalmente na área da bovinocultura. No entanto, aqui também se identificou que parte relevante dos recursos é empregue à construção e reforma de terraços, porteiras, currais e cercas. No triênio analisado, houve uma redução de 44% da demanda para investimento, como se observa na Tabela 4:

Tabela 4 - Valores referentes aos recursos aplicados em crédito rural para investimento em atividade pecuária por produto em Diamante do Sul-PR (2017-2019)

Ano	Bovinos	Estrutura	Oculto	Total
2017	3.440.102,50	278.184,44	1.049.702,20	4.767.989,14
2018	2.401.896,00	0	830.470,00	3.232.366,00
2019	1.810.655,16	395.152,02	452.756,22	2.658.563,40

Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

Nesse sentido, pode-se inferir que na atividade pecuária, com os recursos financiados com o SNCR para o município de Diamante do Sul, efetuou-se a atenuação na especialização produtiva local e o retardo da tendência do mercado no investimento em novas tecnologias e técnicas de manejo, as quais são influenciadas pelo subsídio do crédito rural a essa atividade.





Por outro lado, ao analisar os valores totais do crédito rural para custeio agrícola, do último triênio, averiguou-se um crescimento percentual de aproximadamente 39,5%, conforme é possível visualizar na Tabela 5:

Tabela 5 - Valores referentes aos recursos aplicados em crédito rural para custeio em atividade agrícola por produto no município Diamante do Sul-PR (2017-2019)

Ano	Soja	Milho	Trigo	Oculto	Total
2017	1.065.925,38	252.182,25	201.954,95	180.745,50	1.700.808,08
2018	1.245.050,86	73.298,28	329.343,63	192.800,90	1.840.493,67
2019	1.446.887,49	503.086,89	369.912,78	52.243,70	2.372.130,86

Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

O produto “soja” ao longo dos três anos analisados ocupou o primeiro lugar em volume de recursos de financiamento, seguido pelo Trigo e Milho. Já o item denominado “oculto” foi aquele que menos ocupou lugar no volume de financiamento. Em outro aspecto, também se verifica, ao longo do período, um crescimento constante de 35,7% para soja; 83,1% para trigo; 99,4% para milho e uma queda drástica de 71% para o item classificado como “oculto”. De modo geral, os dados demonstram que a produção agrícola do município se encontra em intensificação ou bastante estável.

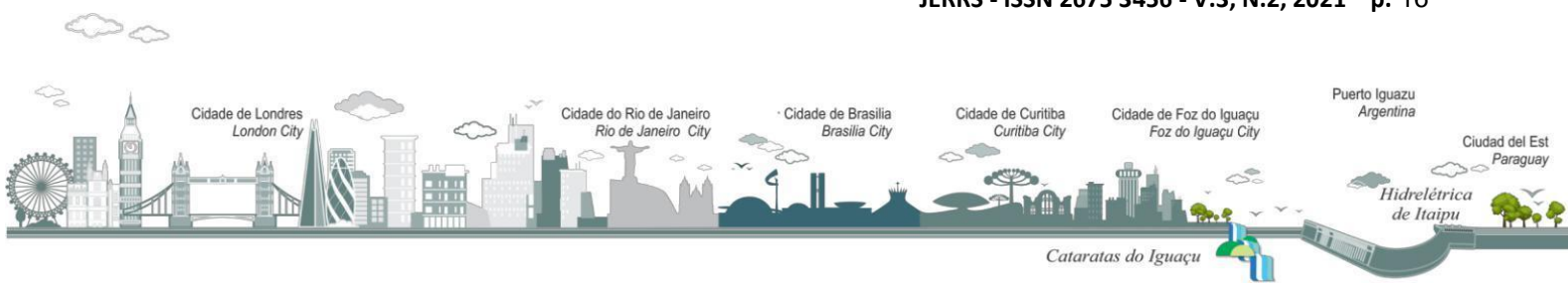
Ao analisar os produtos financiados pelo SNCR nos anos de 2017, 2018 e 2019, observa-se que houve evolução significativa do montante para investimento agrícola. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 6:

Tabela 6 - Montante dos recursos aplicados em crédito rural para investimento em atividade agrícola por produto no município Diamante do Sul-PR (2017-2019)

Ano	Armazém	Oculto	Total
2017	0	328.507,46	328.507,46
2018	71.034,04	275.506,98	346.541,02
2019	0	616.295,53	616.295,53

Fonte: Elaborado com base em BACEN, 2020.

O item classificado como “oculto” teve um crescimento de aproximadamente 87%, enquanto os investimentos para construção, reforma ou ampliação de armazéns apenas aparecem no ano de 2018, com um valor pouco significativo, se comparado





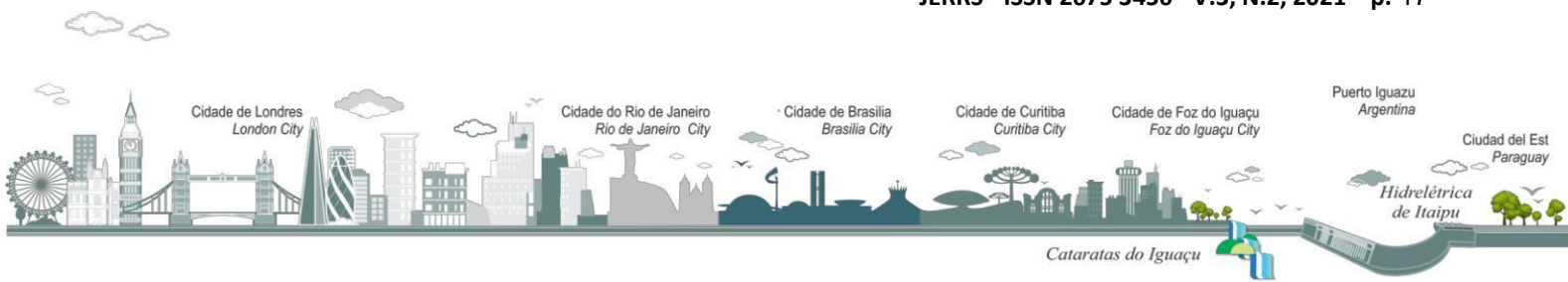
ao total daquele ano. Diante disso, pode-se entender que o item “armazém” se refere a uma atividade instável no município. O desenvolvimento ou recuo das atividades analisadas tem ampla relação com a distribuição do crédito rural e a dinâmica social, ambiental e econômica da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agrícola é responsável por grande parte dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros. É por meio de incentivos financeiros que o poder público disponibiliza recursos com taxas de juros atrativas para o desenvolvimento das propriedades rurais. Assim, o crédito rural é um sistema que oferta ao produtor a possibilidade de investir na propriedade, aumentando a produção, a comercialização e a rentabilidade.

Os dados comprovam que município detém mais da metade de sua população no meio rural, as quais trabalham em seus próprios estabelecimentos, especialmente com atividades pecuárias e de lavoura temporária. Também foi possível constatar que o município apresentou redução de 7,16% no número de estabelecimentos agropecuários, caindo para 544 no ano de 2017, que são geridos, em sua maioria, por produtores do sexo masculino, em uma amostra com baixo nível de escolaridade. Embora o número de estabelecimentos tenha apresentado uma queda, ratificou-se que o nível de utilização dos recursos de crédito rural para o desenvolvimento de produtores rurais residentes no município de Diamante do Sul apresentou um crescimento total de 90,45%, no decorrer dos últimos 7 anos.

Ao comparar o nível de utilização do crédito rural para as atividades específicas agrícolas e de pecuária, constatou-se crescimento significativo para ambas. Além disso, o crédito rural tem influência positiva no desenvolvimento da agricultura familiar, expansão do agronegócio, sucessão familiar, permanência no espaço rural e, conseqüente redução do êxodo rural.





Contudo, o estudo comprovou que nos últimos três anos, a demanda de crédito rural para a pecuária teve um decréscimo de 20%, enquanto a atividade agrícola apresentou-se em evolução contínua. Já, quanto à destinação do crédito rural propiciado pelas instituições financeiras, identificou-se um incremento em recursos para custeio. Pelo contrário, na finalidade de investimento, houve redução do montante no triênio analisado. Neste caso, a redução da utilização de recursos para investimento no triênio, pode estar vinculada a situação geoambiental e socioeconômica do município, que apresenta pequena dimensão geográfica, dificuldades de acesso à área rural e desenvolvimento lento.

Outro aspecto relevante é a identificação da redução de recursos totais de crédito rural para a atividade pecuária e aumento expressivo para a atividade agrícola nos anos de 2017, 2018 e 2019. Tal dado pode estar relacionado ao aumento da área cultivada, emprego de novas técnicas de manejo e tecnologias na área agrícola ou ainda com as condições climáticas desse período.

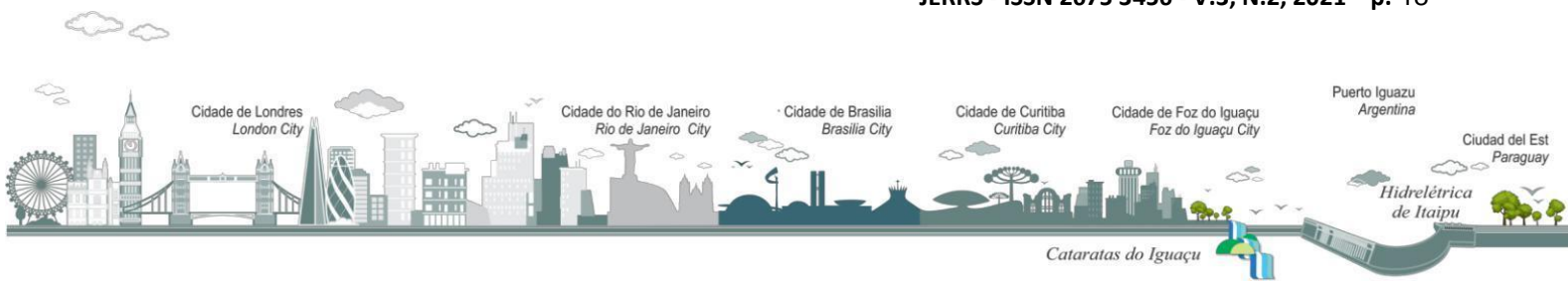
O crédito rural pode aprimorar a prática cotidiana, melhorando a qualidade de vida e gerando mais renda aos pequenos e médios produtores. No entanto, para que ele possa ser aproveitado da melhor forma, proporcionando novas oportunidades, inclusão social e crescimento, faz-se necessário repensar o acesso ao crédito e a necessidade de maiores instruções aos produtores, pois, tais referências podem gerar situações de fracasso nas atividades agrícolas e pecuárias, além do endividamento dos produtores junto às instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. F. C. **Política de crédito rural**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2011.

ARAÚJO, B. C. P. O.; LI, D. L. Crédito rural. In: NEGRI, J. A.; ARAÚJO, B. C.; BACELETTE, R. (Org.). **Financiamento do Desenvolvimento no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. p. 225-258.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de dados do Crédito Rural**. 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em: 13 fev. 2020.





BESSA, D. C. **Contribuições do agronegócio ao desenvolvimento econômico: três ensaios.** 2017. 133f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 de novembro de 1965.

_____. **Lei nº 8.171**, de 17 janeiro de 1991. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 de janeiro de 1991.

_____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial, Brasília, DF, 24 de julho de 2006.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.** Brasília: MAPA, 2013.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016.** Brasília: MAPA, 2015.

_____. **Decreto nº 8.769**, de 11 de maio de 2016. Diário Oficial, Brasília, DF, 11 maio 2016.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória.** São Paulo: Atlas, 2012.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira.** Brasília: Embrapa, 2018. 212 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico Município de Diamante do Sul.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná. 2020.

LEITE, D. G. **A importância do crédito rural para os pequenos produtores: estudo realizado no município de Queimadas-PB.** 2015. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual de Paraíba, Campina Grande, 2015.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 1, p. 71-79, 2014.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2010.

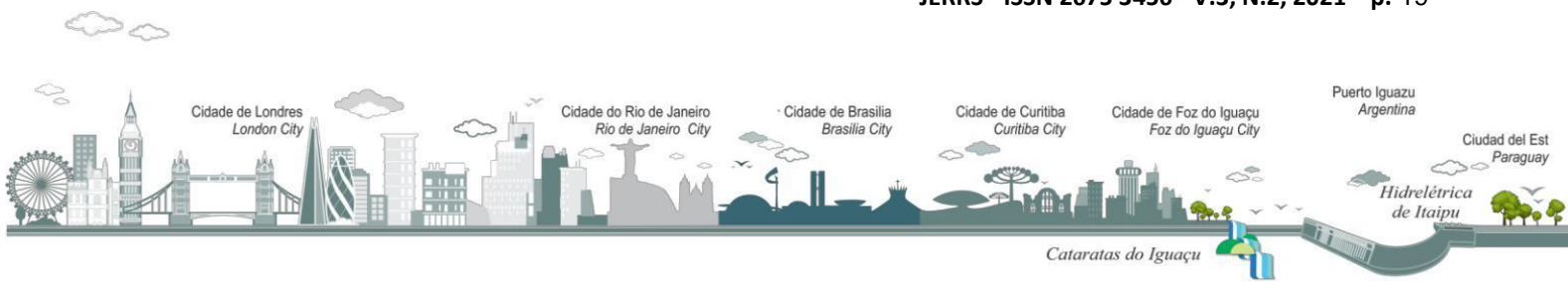
MORAES, E. P.; FERNANDES, M. J. C. **Agricultura familiar e agroecologia: uma análise da Associação dos produtores e produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM) - RN.** Duque de Caxias: Espaço científico Livre Projetos editoriais, 2014.

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Complexo agroindustrial brasileiro: caracterização e dimensionamento.** Brasília: ABAG, 2001. 109 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Brasília: PNUD/IPEA, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL. **Plano diretor municipal.** Diamante do Sul: Prefeitura Municipal de Diamante do Sul-PR, 2011.

RONCON, N. **A importância do setor agrícola para a economia brasileira.** 2011. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2011.





SANTANA, C. A. M.; NASCIMENTO, J. R. **Public policies and agricultural investment in Brazil:** final report. Brasília: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2012.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

TORMA, F. Crédito Rural, instrumentos e garantias. In: MENDES, P. P. (Org.) **Agronegócio, direito e interdisciplinaridade no setor**. Londrina: Editora Thoth, 2019. p. 283-299.

VILHENA, N. L. J.; ANTUNES, M. A. A importância da contabilidade rural para o produtor rural. In: XIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, 13., 2010, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2010. p. 1-5.

